



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA
ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001 DE 2015**

**DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao cargo disponibilizado, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 01/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA/MG.**

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
661000009	Jéssica Alves Brito	Enfermeiro PSF
661000022	Jane Carla Nunes De Lima	Enfermeiro PSF
661000042	Ismênia Maria De Sousa Silva	Enfermeiro PSF
661000058	Juliana Carla De Souza Debortoli	Enfermeiro PSF
661000061	Ednéia Lopes Da Silva	Enfermeiro PSF
661000091	Mariana Marques Pimenta Furlan	Enfermeiro PSF
661000118	Michelle Fernanda Duarte De Oliveira	Enfermeiro PSF
661000131	Mariane Ellen Fernandes Santos	Enfermeiro PSF
661000198	Lorena Villa Dantas	Enfermeiro PSF
661000289	Cíntia Poliana Campos Chaves	Enfermeiro PSF
661000318	Marlene Dos Santos Borges	Enfermeiro PSF
661000337	Diogo Lima De Sousa	Enfermeiro PSF
661000372	Aline Fernand Guedes	Enfermeiro PSF
661000382	Lilian Cristina De Sa Emery Avelin Souza	Enfermeiro PSF
661000401	Cibely Emily Passos De Assis	Enfermeiro PSF
661000448	Marlúcia Lacerda Leite E Freitas	Enfermeiro PSF
661000452	Verônica Castilho Leal	Enfermeiro PSF
661000457	Karen Luiza De Oliveira Macedo	Enfermeiro PSF
661000520	Manuela Estrela Baggio	Enfermeiro PSF

**II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes para provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objetos de recursos nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente concurso público quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Enfermeiro PSF

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está incorreta, pois, apesar da afirmativa de que o amor na juventude é intenso, fulguz e até nocivo, pois, é cruel. Esse não é o tema central do texto em análise.

A alternativa B está incorreta, pois, o autor afirma que independe de idade, em qualquer época de nossas vidas amamos da mesma forma. Pelo contrário, ela aponta que na maturidade nos livramos de certos estereótipos e futilidades que nos atrapalham a sermos felizes.

A alternativa C está incorreta, pois, apesar de o amor na terceira idade ser envolto em uma atmosfera de ternura, compreensão, em nenhum momento o autor afirma que há uma visão romântica da vida.

A alternativa D está correta, pois, de fato, segundo o texto, o amor não pode ser rotulado, pois, vivemos o amor em várias fases de nossas vidas com nuances diferentes.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto – curso prático de leitura e redação.** São Paulo: Scipione, 1998.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta, pois, pode-se afirmar que a maioria dos indivíduos, segundo o autor, chega na terceira idade sabendo que o que é amar e como amar.

A alternativa B está incorreta, pois, no texto não há menção de que fatores socioeconômico e social desfavoráveis, muito menos o afetivo, são fatores que dificultam a aceitação das pessoas na terceira idade.

A alternativa C está incorreta, pois, em nenhum momento o narrador afirma que o investimento pessoal na terceira idade é muito alto, pois, há uma demanda reprimida por falta de carinho, afeto e atenção por parte dos familiares.

A alternativa D está incorreta, pois, apesar da maturidade auxiliar o indivíduo a perceber que, muitas atitudes e condutas são fúteis se comparadas com as da juventude, não é na juventude que se busca a verdadeira essência da vida.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto – curso prático de leitura e redação.** São Paulo: Scipione, 1998, p. 214-218; 230; 240; 252; 260; 270.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está incorreta, pois, conectivo do trecho II não tem o valor semântico de explicação e sim de finalidade.

A alternativa B está correta, pois, conectivo do trecho III tem o valor semântico de explicação.

A alternativa C está incorreta, pois, o valor semântico do conectivo em destaque é de adversidade e não de proporcionalidade.

A alternativa D está incorreta, pois, os conectivos dos trechos I e II, não possuem respectivamente o valor semântico de adversidade e de explicação e sim de adversidade e de finalidade.

Fonte: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está incorreta, pois, a hipérbole, apesar de ser uma figura de pensamento é a **expressão intencionalmente exagerada** com o intuito de realçar uma ideia, o que não expressa a intenção do autor.

A alternativa B está incorreta, pois, a metáfora, não é uma figura de pensamento e sim de palavra, e consiste em utilizar uma palavra ou uma expressão em lugar de outra, sem que haja uma relação real, mas em virtude da circunstância de que o nosso espírito as associa e depreende entre elas certas semelhanças.

A alternativa C está incorreta, pois, a metonímia é uma figura de palavra e consiste em empregar um termo no lugar de outro, havendo entre ambos estreita afinidade ou relação de sentido.

A alternativa D está correta, Eufemismo que é uma figura de pensamento consiste em empregar uma **expressão mais suave**, mais nobre ou menos agressiva, para comunicar alguma coisa áspera, desagradável ou chocante, exatamente como pretendido pelo autor que desejou amenizar o sentido fatal e morte.

Fonte: MORAES, Vânia. A propaganda social no ensino médio: da leitura crítica à produção de peças publicitárias. In Lopes-Rossi (org). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté-SP. Cabral Editora, 2002.

Questão: 07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a alternativa C, pois, o autor por meio da organização de palavras, frases e textos, apresenta ideias, desenvolve raciocínio, analisar contextos, dados e fatos. Neste momento, temos a oportunidade de discutir, argumentar e defender o que pensamos utilizando-se da fundamentação, justificação, explicação, persuasão e de provas. Isso caracteriza a dissertação. Além disso, a argumentação não é uma tipologia textual, e sim umas das possibilidades de se dissertar que também poderia ser expositiva. Como o comando da questão trata de tipologia, a opção D está incorreta.

Fonte: MORAES, Vânia. A propaganda social no ensino médio: da leitura crítica à produção de peças publicitárias. In Lopes-Rossi (org). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté-SP. Cabral Editora, 2002.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O "o" refere-se a "aquilo" dessa forma é um pronome. Já o "que" é um pronome relativo que remete-se aquilo que foi visto por mim, e o ao e a contração do ("a" + "o"= ao), portanto, é uma preposição. Dessa forma, a classificação correta é: pronome, pronome e preposição, o que valida apenas a como alternativa correta a letra C.

Fonte: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português contemporâneo. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O art. 23 da Lei 8080/1990 foi alterado pela Lei 13.097/2015 ampliando a participação de empresas e de capital estrangeiro na assistência à saúde no Brasil, sendo permitida nas seguintes situações:

“Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I - doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos; .

II - pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar:

a) hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada; e

b) ações e pesquisas de planejamento familiar;

III - serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social; e

IV - demais casos previstos em legislação específica.” (Lei 8.080/1990).

Diante do exposto as opções B e D estão incorretas.

Decisão: manter o gabarito.

Fonte: LEI 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 18/04/2016.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a resposta correta para a questão corresponde à alternativa A que sendo o Relatório de Gestão item imprescindível ao município para receber recurso do Fundo Nacional de Saúde. Porém este não é o único item imprescindível para esse fim. De acordo com o art. 4º da Lei 8.142/1990, são itens imprescindíveis ao Município para que recebam os recursos do Fundo Nacional de Saúde para o custeio das ações e serviços de saúde:

I – Plano de Saúde; II - relatórios de gestão; III - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento; IV - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Fonte: LEI 8.142 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm Acesso em: 18/04/2016

Questão: 16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I está correta: Dentre as prioridades do pacto pela vida de 2006, um dos componentes do Pacto pela Saúde, é a redução da mortalidade infantil e materna através da redução da mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doença diarreica e por pneumonias. Apesar de não ter sido citada redução da mortalidade por pneumonias a assertiva não se torna incorreta.

A afirmativa III da questão está incorreta: O Pacto pela Saúde representa o compromisso entre os gestores do SUS, e não um compromisso assumido somente pelo Ministério da Saúde, em torno das prioridades que representam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.

Decisão: manter o gabarito.

Fonte: PORTARIA 399 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html Acesso em: 18/04/2016.

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o art. 3º da Portaria 2.135/2013, o Plano de Saúde é o “instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.” Ainda de acordo com a Portaria ele configura-se como base para a execução, o acompanhamento, a avaliação da gestão do sistema de saúde e contempla todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade dessa atenção. Diante do exposto a alternativa correta para a questão corresponde à opção A.

Decisão: manter o gabarito

Fonte: PORTARIA 2.135 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013. Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html. Acesso em: 18/04/2016

Questão: 19**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o art. 3º da Portaria 2.135/2013, “O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.” Ou seja, é elaborado e executado para o período de quatro anos como no enunciado da questão. Não foi abortado sobre as revisões do plano de saúde que devem ser anuais.

Decisão: manter o gabarito.

Fonte: PORTARIA 2.135 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013. Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html. Acesso em: 18/04/2016

Questão: 20**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Como afirmam as informações recursais a alternativa C da questão está incorreta. “A Influenza não causa complicações somente no primeiro trimestre, por isso a gestante deve vacinar durante qualquer período da idade gestacional e até após o parto.” Dentre os fatores de riscos para complicações da doença estão as grávidas em qualquer idade gestacional, puérperas até duas semanas após o parto (incluindo as que tiveram aborto ou perda fetal). Somente a alternativa D está correta.

Decisão: manter o gabarito.

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de tratamento de Influenza: 2015 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/17/protocolo-influenza2015-16dez15-isbn.pdf> Acesso em: 18/04/2016.

Questão: 21**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão objeto do presente recurso teve por enunciado “Com o movimento de abertura política do país, pós-governo militar, os cidadãos puderam novamente escolher o Presidente da República. Assinale a alternativa que indica o nome do primeiro Presidente da República eleito diretamente no Brasil, após 1964.” (grifo nosso). Procura-se na questão conhecimentos da história recente do país, devendo o candidato indicar o primeiro Presidente da República eleito **diretamente**, isto é, pelo voto **direto** da população e não pelo voto **indireto**, pelo chamado colégio eleitoral.

O gabarito indica a letra C, Fernando Collor de Mello, como alternativa correta, devendo ser **mantido**. Com a abertura política depois do período de exceção, houve a **eleição indireta** para Presidente da República de Tancredo de Almeida Neves (que tomou posse e não assumiu o cargo, por conta de sua morte, sendo o país administrado por José Sarney, Vice-presidente). José Sarney - apesar de primeiro Presidente Civil pós-ditadura - foi eleito indiretamente. Ele foi sucedido por Fernando Collor de Mello, este sim, primeiro Presidente da República eleito **diretamente** pelos eleitores em **eleições diretas**. Estas informações são encontradas em sítio da Rede Mundial de Computadores da Presidência da República e de jornais como o Estado de Minas.

Corroboramos nosso entendimento os próprios fundamentos do recurso, vejamos: Na Revista “ISTOÉ edição nº 2185 de 23 de setembro de 2011, Depois (sic) de 21 anos de regime militar e uma transição política negociada para a posse do governo civil, os brasileiros esperavam que os novos tempos de democracia tivessem início em clima de festa. Não foi o que aconteceu. A votação do **colégio eleitoral**, realizada em 15 de janeiro de 1985, escolheu Tancredo Neves(...)” (grifo nosso).

IMPROCEDENTE, portanto, o presente recurso, com MANUTENÇÃO DA RESPOSTA DO GABARITO.

Fonte:

- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor>

- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney>
- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/tancredo-neves>
- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo>
- <http://www.fernandocollor.com.br/biografia/>
- <http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/fernando-collor.html>
- http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/03/15/interna_politica,627618/ha-30-anos-sarney-tomava-posse-como-primeiro-presidente-civil-apos-21.shtml
- http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/09/14/interna_politica,568796/relembre-temas-que-marcaram-as-ultimas-corridas-a-presidencia.shtml

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um diagrama de controle é um gráfico que mostra o andamento da incidência de uma doença comparando com as médias de ocorrência de períodos passado. A soma da média mais dois desvios configura o “limiar endêmico”. Assim, entende-se que essa ferramenta é de uso implícito a serviços de vigilância epidemiológica e epidemiologia. O tema que se aplica à gráficos não é exclusividade da disciplina de bioestatística, essa representação no exemplo é de uso para o acompanhamento do estado epidêmico ou endêmico de uma doença.

Segue texto de referência complementar:

CÁLCULO DO NÍVEL ENDÊMICO Para construir um diagrama segundo a distribuição normal, procedemos da seguinte maneira: a. Calculamos as incidências médias mensais referentes a anos anteriores ao que se quer analisar, abrangendo um intervalo de tempo em geral de dez anos, que apresentam comportamento regular ou cujas incidências são semelhantes entre si, não apresentando grandes flutuações. b. Calculamos, ano a ano, o desvio padrão mensal para levarmos em conta a dispersão dos valores observados em relação à incidência média obtida. c. Com esses valores, incidências médias mensais e respectivos desvios padrão, vamos estabelecer um intervalo de variação que será considerado normal.

MORAIS, J. C. e E. W. Waldman. “Processo Epidêmico”. In: TEIXEIRA, M. G. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília, Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia; pp. 25-41, 1994.

Fonte: Pereira. MG. Epidemiologia Teoria e Prática. Editora Gen. Ano 2011. Páginas 255 a 257 e MORAIS, J. C. e E. W. Waldman. “Processo Epidêmico”. In: TEIXEIRA, M. G. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília, Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia; pp. 25-41, 1994.

Questão: 35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com os documentos técnicos e com o calendário de vacinação preconizado pelo Ministério da Saúde, as datas informadas como corretas em relação a vacina pentavalente não está de acordo com o gabarito.

Fonte: Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação.

Questão: 37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto da questão abordava uma referência bibliográfica que dava base ao entendimento e resposta adequada da questão e não literatura imprescindível à prova. A pergunta não era sobre assistência em enfermagem por ciclos de vida e sim sobre ganho de peso devido ao aleitamento materno (assunto genérico englobado em diversos conteúdos do edital), dessa forma entende-se que seria possível a resposta independente da leitura completa do artigo citado na pergunta.

Quanto ao termo leite materno exclusivo o ganho de peso é implicado a questão correta divulgada em gabarito, outras implicações a alimentação da criança (se fosse o caso) seria informada no texto.

O peso em ganho (maior que 20 gramas) infere um ponto de corte especificado na alternativa, dessa forma, 15 gramas por dia no máximo, está abaixo do valor correto de acordo com a referência citada.

Fonte: (Assistência de enfermagem por ciclos de vida / organizadores: Leika Aparecida Ishiyama Geniole,... [et al.]. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS.)

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vaginite e vaginose são palavras sinônimas aplicadas em diversas literaturas e não tira em hipótese alguma o mérito da pergunta, uma vez que não há margem de indução ao erro ou acerto de acordo com essa terminologia.

Fonte: Brooks et al. Microbiologia Médica. Ed Mc Graw Hill

**III
DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se

05 de maio de 2016

IDECAN